

GUIA para a Certificação de entidades formadoras

Técnicos de instalação e manutenção de edifícios e sistemas (TIM)

Acesso e exercício de atividade de Técnico de Instalação e Manutenção de Edifícios e Sistemas no âmbito da Lei n.º 58/2013, de 20 de agosto.



**Direcção Geral
de Energia e Geologia**



**REPÚBLICA
PORTUGUESA**

**AMBIENTE E
AÇÃO CLIMÁTICA**

Índice

1. Glossário	4
2. Certificação de Entidades Formadoras no âmbito da Lei n.º 58/2013, de 20 de agosto	4
3. O sistema de certificação: Enquadramento legal	5
4. Objetivos.....	5
5. Principais Conceitos	6
6. Entidade certificadora no âmbito dos TIM	6
7. Âmbito de Certificação.....	6
8. Destinatários de certificação.....	7
9. Processo de certificação e manutenção	7
10. Requisitos de certificação	8
11. Deveres da entidade certificada.....	9
12. Divulgação da certificação.....	9
13. Auditorias.....	9
14. Elementos para a certificação.....	10

1. Glossário

SCE – Sistema de Certificação Energética

TIM – Técnicos de Instalação e Manutenção

CNQ – Catálogo Nacional de Qualificações

QNQ – Quadro Nacional de Qualificações

DGERT - Direcção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho

DGEG – Direcção-Geral de Energia e Geologia

DSSE – Direcção de Serviços de Sustentabilidade Energética

ADENE – Agência para Energia

2. Certificação de Entidades Formadoras no âmbito da Lei n.º 58/2013, de 20 de agosto

Este documento é uma edição da responsabilidade da Direcção de Serviços de Sustentabilidade Energética (DSSE), unidade orgânica da Direcção-Geral de Energia e Geologia, com atribuições em matéria de certificação de entidades formadoras no âmbito do acesso e exercício de atividade de Técnico de Instalação e Manutenção de Edifícios e Sistemas no âmbito da Lei n.º 58/2013, de 20 de agosto.

Esta publicação contém informação geral sobre a certificação de entidades formadoras e uma explicação mais detalhada dos requisitos de certificação definidos na Portaria n.º 851/2013 e Portaria n.º 66/2014.

Contactos

Ministério do Ambiente e Ação Climática

Direção-geral de Energia e Geologia (DGEG)

Direção de Serviços de Sustentabilidade Energética (DSSE)

✉ Av. 5 de Outubro, 208 (Ed. Sta Maria)

1069-203 Lisboa

☎ (+351) 21 7922 700/800 (Geral)

✉ Correio eletrónico: racionalizacao.energia@dgeg.gov.pt

🌐 Sítio na internet: www.dgeg.gov.pt

3. O sistema de certificação: Enquadramento legal

Os requisitos de acesso e exercício da atividade de Técnico de instalação e manutenção de edifícios e sistemas (TIM), foram estabelecidos pela Lei n.º 58/2013, de 20 de agosto, que conforma a disciplina da Lei n.º 9/2009, de 4 de março, que transpõe a Diretiva n.º 2005/36/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 7 de setembro de 2005, relativa ao reconhecimento das qualificações profissionais.

No artigo 3.º, da Lei n.º 58/2013, são definidas as qualificações profissionais que o TIM deve possuir, de acordo com o âmbito de atuação. Os diferentes âmbitos, definidos no n.º 1 do art.º 3.º do 58/2013, são:

- ▶ O TIM qualificado para atuar em edifícios com sistemas técnicos instalados ou a instalar limitados a 100 kW de potência térmica nominal, enquanto profissional de categoria TIM-II;
- ▶ O TIM qualificado para atuar em edifícios com sistemas técnicos instalados ou a instalar com mais de 100 kW de potência térmica nominal, enquanto profissional de categoria TIM-III.

A certificação das entidades formadoras pela entidade fiscalizadora do SCE segue os trâmites da Portaria.º 851/2010, de 6 de setembro, que regula o sistema de certificação de entidades formadoras

Por fim, é definido um sistema de avaliação dos técnicos do SCE pela Portaria n.º 66/2014, de 12 de março, a qual também aprova as adaptações ao regime jurídico de certificação para acesso e exercício da atividade de formação profissional, aprovado pela Portaria.º 851/2010, de 6 de setembro, alterada e republicada pela portaria n.º 208/2013, de 26 de junho, aplicáveis às entidades formadoras do SCE, nos termos e para os efeitos do n.º 3 do artigo 3.º da Lei n.º 58/2013, de 20 de agosto.

4. Objetivos

As entidades formadoras desempenham um papel fundamental na formação dos Técnicos de Instalação e Manutenção (TIM-II e TIM-III), pelo que importa garantir critérios exigentes e de qualidade verificados e validados pela DGEG, no sentido de garantir que os técnicos sejam efetivamente qualificados para o correto desempenho das suas funções, no âmbito do SCE.

Neste contexto, importa certificar as entidades formadoras, segundo os trâmites da Portaria n.º 851/2010, de 6 de setembro, na sua redação atual, que regula o sistema de certificação de entidades formadoras, e da Portaria n.º 66/2014, de 12 de março, que define os critérios de elegibilidade das entidades formadoras e de certificação, para as habilitar a realizar formação que confira a qualificação, no âmbito do Quadro Nacional de Qualificações, de nível 2, em eletromecânico de refrigeração e climatização, e de nível 4, em técnico de refrigeração e climatização, ambas do Catálogo Nacional de Qualificações (CNQ).

5. Principais Conceitos

Certificação

Ato de reconhecimento formal de que uma entidade detém competências, meios e recursos adequados para desenvolver atividades formativas em determinadas áreas de educação e formação.

Entidade formadora certificada

Entidade dotada de recursos e capacidade técnica e organizativa para desenvolver processos associados ao desenvolvimento de formação, objeto de avaliação e reconhecimento oficiais.

Referencial de qualidade

O conjunto de requisitos de certificação da entidade formadora que definem condições relativas à intervenção da mesma no âmbito para que é certificada.

Área de educação e formação

O conjunto de programas de educação e formação, agrupados em função da semelhança dos seus conteúdos principais.

Auditoria

O processo de verificação da conformidade da atuação das entidades requerentes da certificação e das certificadas, face aos requisitos de certificação e deveres da entidade formadora certificada.

6. Entidade certificadora no âmbito dos TIM

A certificação de entidades formadoras no âmbito da Lei n.º 58/2013, que estabelece os requisitos de acesso e de exercício de atividade dos TIM compete à Direção-Geral de Energia e de Geologia (n.º 3 do art.º 3.º da Lei n.º 58/2013).

7. Âmbito de Certificação

A certificação da entidade formadora no presente âmbito é um reconhecimento da sua capacidade de desenvolvimento dos cursos previstos para a obtenção das qualificações profissionais dos técnicos de instalação e manutenção de edifícios e sistemas.

Assim procura-se verificar o cumprimento do referencial de formação para o curso nível 2 do SNQ de *Eletromecânico de refrigeração e climatização*¹ (TIM-II) e curso nível 4 do SNQ de *Técnico de refrigeração e climatização*² (TIM-III).

A validação desta atuação especializada exige a avaliação das condições detidas pela entidade formadora, em termos de práticas e de recursos, face ao referencial de qualidade da certificação, e uma apreciação técnica mais específica, como a adequação dos objetivos e conteúdos de formação, as competências técnicas dos formadores e os

¹ <http://www.catalogo.anqep.gov.pt/Qualificacoes/Referenciais/70>

² <http://www.catalogo.anqep.gov.pt/Qualificacoes/Referenciais/1759>

requisitos técnicos mínimos das instalações e equipamentos, em função das áreas de formação prosseguidas.

8. Destinatários de certificação

A certificação de entidade formadora no âmbito dos TIM tem como destinatárias as entidades formadoras certificadas pela Direcção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho (DGERT) para a Área de Educação e Formação com o código 522 – Eletricidade e energia.

9. Processo de certificação e manutenção

O processo de certificação é composto por diferentes fases nos quais intervêm a entidade formadora e a DGEG:

- ▶ Certificação inicial
- ▶ Manutenção da certificação

Certificação inicial

A entidade formadora que pretenda o reconhecimento da certificação deverá definir de forma clara e concreta o seu projeto educativo, designadamente a existência de condições físicas e capacidade técnica para o correto leccionamento dos cursos em causa, eletromecânico de refrigeração e climatização (TIM-II) e técnico de refrigeração e climatização (TIM-III) do CNQ.

Após a verificação dos requisitos de certificação, a entidade formadora prepara e apresenta o seu pedido à DGEG. O procedimento para o pedido de certificação da entidade segue os trâmites previstos na portaria n.º 66/2014, em particular o artigo 6.º, onde se refere que o requerimento de certificação deve ser apresentado no *formulário eletrónico*³ para o efeito.

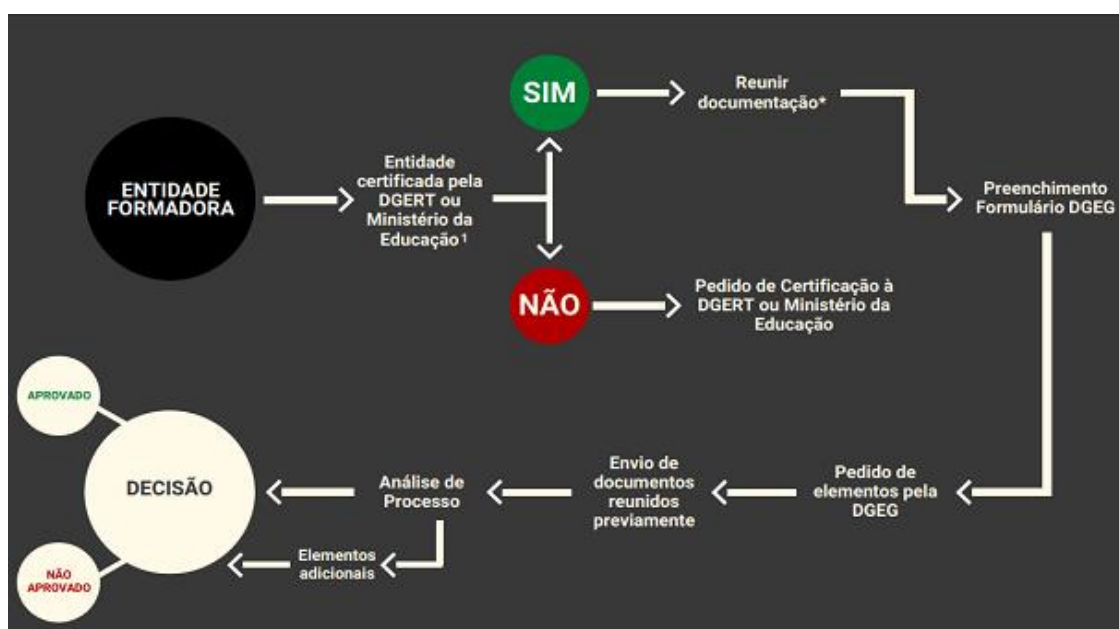
A DGEG, após receção do pedido inicial, procede ao registo da entidade e envio de um formulário mais completo que deve ser acompanhado de uma série de elementos complementares (Tabela 14.1) para avaliação técnica das competências, meios e recursos demonstrados pela entidade para lecionar os referidos cursos. Essa avaliação pode ser realizada numa base exclusivamente documental ou suportada em auditoria à entidade formadora.

Após receção dos referidos elementos, a DGEG dá início ao processo de análise e validação das condições para ministrar o curso de eletromecânico de refrigeração e climatização (TIM-II) e técnico de refrigeração e climatização (TIM-III). Caso se verifique, a DGEG poderá solicitar elementos/esclarecimentos adicionais nos casos em que não seja possível assegurar o cumprimento dos requisitos previstos.

Por último, é emitida a decisão final relativamente à certificação da entidade formadora no âmbito da formação dos Técnicos de Instalação e Manutenção.

³ <https://academia.adene.pt/reconhecimento-entidades-formadoras/>

Figura 9.1 - Fluxograma do processo de certificação



*Elementos para envio (Tabela 14.1)

Manutenção da certificação

A entidade formadora certificada deve manter os requisitos da certificação referidos nos artigos 5.º e 7.º da Portaria n. 851/2010 na sua mais recente redação e desenvolver as atividades formativas de acordo com as competências que foram objeto de certificação, bem como cumprir os contratos de formação celebrados.

Ainda, segundo os n.ºs 1 e 2 do art.º 8.º da Portaria n.º 66/2014, sem prejuízo das situações que determinam a sua caducidade, revogação, alteração ou substituição, nos termos do regime jurídico de certificação para acesso e exercício da atividade de formação profissional, o certificado é válido por um período de 5 anos.

A renovação do prazo referido, depende da demonstração do cumprimento dos requisitos legais que justificam a sua atribuição.

10. Requisitos de certificação

As entidades formadoras certificadas pela DGERT para a Área de Educação e Formação com o código 522 – Eletricidade e energia, devem garantir o cumprimento do referencial de qualificação previsto no CNQ para os cursos de eletromecânico de refrigeração e climatização (TIM-II) e técnico de refrigeração e climatização (TIM-III). São também necessários os seguintes elementos (art.º 6.º da Portaria n. 66/2014):

- ▶ *Curriculum Vitae* dos formadores, que demonstrem as respetivas habilitações e experiências profissional e científica, especialmente na área de formação a seu cargo;

⁴ A formação deve ser ministrada por uma Entidade Formadora Certificada ou Acreditada pela DGERT ou por entidades que não careçam de certificação, designadamente, Entidades da Administração Pública e Entidades do âmbito educativo, científico e tecnológico.

- ▶ Identificação das matérias ou áreas de formação por formador e respetiva carga horária, nos termos do CNQ.

Todos os requisitos são de cumprimento obrigatório e a observação de incumprimento dos mesmos pode determinar, consoante a sua gravidade e o momento em que ocorrer, o indeferimento do pedido de certificação ou a revogação do reconhecimento.

11. Deveres da entidade certificada

Para além dos requisitos de certificação, a Portaria que regulamenta o Sistema prevê um conjunto de deveres atribuídos à entidade formadora certificada que esta tem a responsabilidade de cumprir enquanto o reconhecimento se mantiver válido.

Os deveres da entidade certificada significam:

- ▶ O compromisso para com os seus clientes - execução efetiva de atividade formativa de acordo com o âmbito de certificação e o cumprimento de obrigações legais ao nível da promoção e prestação do serviço de formação;
- ▶ O compromisso para com a entidade certificadora - manutenção de cumprimento dos requisitos de certificação, publicitação da certificação e da oferta formativa e avaliação anual do seu desempenho de acordo com procedimentos e indicadores definidos.

12. Divulgação da certificação

A certificação de entidades formadoras pela DGEG, expressa ou tácita, é comunicada aos serviços centrais competentes do ministério responsável pela área da formação profissional. As entidades formadoras remetem à entidade gestora do SCE (ADENE), os certificados de qualificações que emitam relativamente aos seus formandos TIM, no prazo de 10 dias após a respetiva emissão. (n.ºs 4 e 5 do art. 3.º da Lei n.º 58/2013).

A ADENE, e tal como previsto no n.º 6 do art.º 3.º da Lei n.º 58/2013, divulga a lista das entidades formadoras certificadas no seu sítio na internet.

13. Auditorias

A realização de auditorias está prevista pelo artigo 11.º da Portaria n.º 851/2010, sendo que estas incidem sobre a manutenção do cumprimento dos requisitos prévios de acesso à certificação e dos que respeitam ao referencial de qualidade estabelecidos nesta mesma portaria.

A auditoria incide, ainda sobre a conformidade da oferta formativa da entidade certificada com os referenciais constantes do CNQ. As auditorias são realizadas nas condições publicadas no artigo 11.º da Portaria n.º 851/2010.

14. Elementos para a certificação

Tabela 14.1 - Elementos que devem constar no pedido de certificação

1	Certificado DGERT – Direcção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho ou equivalente do Ministério da Educação⁵
2	Nome, CV, certificado de habilitações e/ou formação profissional e CCP dos formadores⁶
3	Inventário de materiais, ferramentas e equipamentos de medida e ensaio necessários para ministrar de forma correta as formações de TIM-II e TIM-III ⁷
4	Apresentação de elementos que comprovem a existência de instalações com o devido dimensionamento e espaços aptos à realização de prática simulada de TIM-II e TIM-III (ex. plantas)
5	Documentação de identificação da entidade formadora⁸
6	Declaração do requerente em como não se encontra em situação de suspensão ou interdição de atividade
7	Certidões de inexistência de dívidas à Autoridade Tributária e Aduaneira e à Segurança Social
8	Dossier Técnico-Pedagógico⁹
9	Plano de calibração de equipamentos propostos
10	As entidades que desejem a respetiva certificação com efeitos retroativos (alínea a), do n.º 2 do artigo 156.º do CPA), devem manifestar essa intenção e proceder ao envio dos documentos que sustentem o pedido (docs.1-9)

⁵ A formação deve ser ministrada por uma Entidade Formadora Certificada ou Acreditada pela DGERT ou por entidades que não careçam de certificação, designadamente, Entidades da Administração Pública e Entidades do âmbito educativo, científico e tecnológico.

⁶ CV que demonstre as respetivas habilitações e experiências profissionais e científicas, especialmente na área de formação.

⁷ Nos termos do Catálogo Nacional de Qualificações e de acordo com os conteúdos programáticos dos exames teóricos e práticos previstos na Portaria n.º 66/2014.

⁸ Cartão de Empresa, de pessoa coletiva ou cartão de identificação de pessoa coletiva.

⁹ Com a identificação de matérias ou áreas de formação por formadores e respetiva carga horária, nos termos do CNQ.

Caso verifique alguma questão omissa neste documento, que procurou simplificar a interpretação do sistema de certificação de entidades formadoras no âmbito dos TIM, comunique à DGEG essa mesma questão com recurso à lista de contactos fornecida neste Guia.